



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010340-49.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **ANA CRISTINA ALVES VASCONCELOS**
Requerido: **CLARO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha linha telefônica junto à ré até 2012, quando fez sua portabilidade para a operadora VIVO.

Alegou ainda que em janeiro/2014 essa linha deixou de funcionar e somente após diversas tentativas para entender o que estaria acontecendo (inclusive perante o PROCON local e a ANATEL) foi informada que teria solicitado o retorno da mesma para a ré, o que nunca teve vez.

Foi obrigada a adquirir então novo *chip* da outra operadora mencionada.

Almeja à reparação dos danos morais que teria suportado.

Os documentos apresentados pela autora respaldam satisfatoriamente sua explicação.

Os de fls. 18/19 e 21 atestam o liame jurídico entre ela e a operadora VIVO, enquanto o de fls. 22/23 confirma que os problemas trazidos à colação aconteceram porque a linha em apreço estava ativa em duas operadoras (a ré e a VIVO).

De outra parte, a ré não se pronunciou na contestação sobre tais documentos e tampouco sobre o relato fático feito pela autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não esclareceu inclusive em que circunstâncias a linha telefônica versada teria voltado para ela, deixando de amealhar qualquer comprovação específica de que a autora formulasse pedido a esse respeito.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que efetivamente os fatos apontados na exordial sucederam tal como descrito pela autora, nada justificando a interferência da ré para que ela ficasse sem acesso ao serviço pertinente.

Resta saber se esse quadro rendeu ensejo a dano moral passível de ressarcimento à autora e reputo que a resposta a isso é positiva.

A importância da utilização de linhas telefônicas nos dias de hoje dispensa considerações a demonstrá-la e na espécie vertente essa relevância aumenta ainda mais em face da atividade laborativa da autora (faxineira).

A experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) revela que nessas condições a autora certamente usava a linha que mantinha dentre outras razões para tratar de questões afetas ao seu trabalho, sendo óbvio em consequência que ao ficar privada de seu uso foi exposta a situação de grande sofrimento, muito superior aos meros dissabores próprios da vida cotidiana, não se podendo olvidar que ela buscou resolver o problema perante o PROCON local e a ANATEL, sem êxito.

Isso ocorreria, aliás, com qualquer pessoa mediana que estivesse no lugar da autora, de sorte que tenho como configurados os danos morais.

O valor da indenização postulada está em consonância com os critérios usualmente observados em situações análogas (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo agasalho.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**